

149

150

151

152

Marcos Freitas
Presidente

Diane Mara F. Varanda Rangel
Relatora

derivada de denúncia ou da Promotoria, pois não tem pessoal. Colocou ainda que o IEF e a Polícia Florestal fazem a fiscalização e há convênio da SRH/MMA com o IGAM para a fiscalização. Após as discussões foi feita pausa para o almoço. No retorno, Dr. Marcos apresentou o Dr. Antônio Martins da SRH/Ceará que apresentou os procedimentos de outorga no Ceará (Anexo V). Após, ocorreram discussões, dentre as quais destacou-se a cobrança pelo uso da água. Seguindo a pauta, Dr. Marcos apresentou o Dr. Altamirano da SRH/Bahia que fez apresentação destacando o papel da fiscalização e da descentralização (Anexo VI). Dr. Agostinho (CVRD) sugeriu colocar na discussão que as autorizações dadas pelo DNPM sejam informados aos Estados, para que a outorga de águas minerais seja contabilizada no banco de dados do Estado. Dra. Simone coloca que há casos de conflito quanto à definição do polígono de preservação. Deve haver a divulgação desta área para os órgãos licenciadores ambientais para que esses não licenciem empreendimentos que venham degradar a mina. Exemplo: DNPM outorgou exploração na bacia do córrego Saia Velha (1996) e o órgão distrital licenciou empreendimentos na área de proteção, gerando conflito entre os usuários. Concluída a apresentação passou-se às discussões. Após as discussões passou-se ao item 4 da pauta: Proposta de Resolução de Diretrizes para Outorga. Dr. Emanuel colocou que esta Resolução trata do disciplinamento de outorga de uso de recursos hídricos e sugeriu que deve ser feita uma observação sobre águas minerais, potáveis de mesa e térmicas. Dra. Martha colocou que não dá para fazer exceção de água se é de chuva ou mineral pois a disponibilidade é total portanto sugere que, como no setor elétrico, trate de outorga de água mineral similarmente à de potencial hidráulico e outorga de uso da água. Dra. Martha colocou em discussão o inciso II, do art. 13, em relação ao uso consuntivo. Sugeriu que se leve para Câmara Técnica de Ciência e Tecnologia a proposta de estudar modelos de estimativa da evapotranspiração em reservatórios, canais e rios. Dra. Aparecida voltou a colocar a diferença de outorga e concessão e que o DNPM é a autoridade que dá a concessão de lavra de águas minerais, pois DNPM não é autoridade outorgante. Dr. Emanuel coloca que não há necessidade mas Dra. Aparecida reafirma a importância de constar no Plano de Trabalho a inter-relação entre o DNPM e os Estados. Dr. Diógenes (ANEEL) colocou que o art. 7º dessa Proposta de Resolução, parágrafo 2º, está em desacordo com o art. 26 da Lei nº 9.984, de 2000. Dr. Roberto Monteiro colocou que era uma fase ANEEL – SRH que já foi superada, estamos na 2ª fase, SRH – MMA, portanto os procedimentos propostos já são para fase seguinte. Dr. Marcos colocou que os procedimentos de outorga referidos pelo Dr. Roberto foram acordados para as usinas que precisavam ser licitados até o final de 2000. Dr. Marcos apresentou o Plano de Trabalho para o próximo ano. Dr. Di Bella propôs um trabalho de consolidação dessas apresentações de procedimentos inter-relacionados à outorga, apresentadas pelos diversos técnicos, as quais deveriam ser consolidadas em um resumo executivo com no máximo duas páginas para cada apresentador, o qual deverá ser fechado nos problemas da inter-relação e sugestões de solução. Esse material deverá ser remetido a todos os participantes desta CT e concluída essa fase com um *workshop*. Dra. Isaura propôs que o workshop seja em Vitória, Espírito Santo, e oferece a CVRD como anfitriã naquela cidade. Dr. Marcos aceitou e agradeceu o convite. Em seguida, convidou a todos para participar da IV Reunião desta CT que será conjunta com as CTs de Águas Subterrâneas e a de Assuntos Legais e Institucionais, em 17 e 18 de outubro, para que se analise conjuntamente a proposta de resolução de diretrizes gerais para outorga de uso da água e a proposta de resolução para elaboração de planos de recursos hídricos. Agradeceu a presença de todos e encerrou a reunião.

(Anexo II). Após a apresentação foram discutidas as avaliações conjuntas necessárias. Dr. Marcos sugeriu que o Dr. Derley elencasse experiências exitosas do IBAMA pois parece que o instrumento do licenciamento tem se aperfeiçoado. Questionou ainda como colocar recursos hídricos nos Planos de Desenvolvimento Setoriais para que não se tenha surpresas. Informou que a proposta é que ANA, ANEEL e a área ambiental trabalhem articulados pois assim teremos Plano de Recursos Hídricos, inventário do potencial hidráulico e zoneamento ambiental da bacia num mesmo momento. Dr. Derley falou do Projeto BIRD com o IBAMA e que está sendo elaborada uma série de manuais com o objetivo de articular as ações e políticas. Dr. Roberto Monteiro fez uma observação em relação à questão de tempo estabelecido na Resolução 237 do CONAMA e que a Lei da ANA estabelece prazos que são incompatíveis com a resolução. Em seguida, o Dr. Marcos apresentou o Dr. Emanuel representante do DNPM, que iniciou a apresentação (Anexo III), sobre a outorga de águas minerais. Após a apresentação iniciaram-se as discussões. Dr. Barbosa questionou como é feita a integração entre a União, Estados e Municípios e de que maneira é garantida a área de proteção da fonte frente à urbanização progressiva. Dr. Emanuel respondeu dizendo que a partir do momento que se observa um processo de urbanização, a fiscalização do DNPM é alertada e passa a ser área prioritária de fiscalização. A análise da área de proteção de fonte é fundamental no processo de avaliação do tempo de lavra. Dra. Aparecida questionou que não ouviu resposta sobre a integração, Dr. Emanuel respondeu citando o caso de Termas de Ibirá em São Paulo, informou que estão fazendo projeto de monitoramento conjunto com o município no processo de proteção da fonte, mas que não há processo de integração estabelecido atualmente, mas uma aproximação grande com as Secretarias de Saúde. Dr. Roberto Monteiro questionou o que caracteriza se uma água é mineral. Dr. Emanuel respondeu que a análise química é o elemento de classificação dentro do código de água mineral. Dr. Antônio Martins falou que no Ceará a Secretaria de Recursos Hídricos tem que licenciar o poço e que é necessário pensar num procedimento de integração. Dr. Emanuel ressalta que o DNPM também licencia o poço, faz controle, mas que também é necessária a licença do DNPM para balneabilidade em águas termais. Dr. Oiti sugeriu que nesta Câmara, ao se falar em águas, deve-se pensar em águas subterrâneas e superficiais, a supressão da discussão daquelas de competência do DNPM como águas minerais, potáveis de mesa, termais e outras que estão sob jurisdição do DNPM, o que não foi consenso. Dr. Emanuel colocou que há dificuldade de ação no cumprimento de prazos e que é necessário trabalhar na integração dos procedimentos. Dr. Roberto Monteiro falou que o Dr. Coimbra sugeriu que, assim como a ANEEL dá a concessão do potencial hidráulico e a outorga do bem água é dada pelo órgão gestor dos Recursos Hídricos, poder-se-ia pensar numa outorga de uso da água subterrânea pelo Estado e que a licença de lavra para água mineral deve continuar com o DNPM. Dr. Marcos sugeriu que o DNPM deve manter a inter-relação com o Estado ou seja, antes de dar a licença de lavra deverá consultar o Estado. Dra Marta colocou que não é possível separar o uso mas trabalhar nas Câmaras a água como um todo. Dr. Marcos apresentou o Dr. Leonardo, representante do IGAM, que fará apresentação dos procedimentos de outorga no estado de Minas Gerais (Anexo IV). Dr. Oiti colocou que foram dadas muitas outorgas para águas subterrâneas e perguntou o uso predominante. Dr. Leonardo colocou que 80% é para irrigação. Dr. Oiti voltou a questionar sobre o processo de outorga/licenciamento para rebaixamento do lençol freático. Dr. Leonardo respondeu dizendo que é analisado e levado à Câmara de Recursos Hídricos do COPAM. Dra. Rejane questionou se há outorga para qualidade. Dr. Leonardo respondeu que não. Dr. Altamirano questiona se há fiscalização. Dr. Leonardo comentou que a fiscalização é incipiente e

ATA DA 3ª REUNIÃO DA CÂMARA TÉCNICA DE INTEGRAÇÃO DE PROCEDIMENTOS, AÇÕES DE OUTORGA E AÇÕES REGULADORAS, REALIZADA NA SECRETARIA DE RECURSOS HÍDRICOS, EM BRASÍLIA.

DATA: 26 /09/2000 **Início:** 10:15 horas **Término:** 17:20 horas

PARTICIPANTES :

Ministério do Meio Ambiente - Representante: Roberto Alves Monteiro (roberto.monteiro@mma.gov.br)
Ministério dos Transportes - Representante: Guilherme de Lima Paes (guilherme.paes@transportes.gov.br)
Conselho Estadual Região Sul - Representante: Rejane Beatriz de Abreu e Silva de Lima (rejanebs@zaz.com.br)
Setor Hidroviário – ABANI: José Di Bella Filho (dibella@ulbra-to.br)
ANEEL: Marcos Aurélio Vasconcelos Freitas (mfreitas@aneel.gov.br) e Diógenes Mortari (diogenes@aneel.gov.br)
Conselho Estadual Região Sudeste - Representante: Antônio Carlos Coronato (drh@sp.gov.br)
Comitês, Consórcios e Associações Intermunicipais das Bacias Hidrográficas: Maria Aparecida Borges Pimentel Vargas (vargasma@zaz.com.br)

CONVIDADOS:

Maria Salete Gobalchini - FEPAM/RS (msalete@postoweb.com.br)
Antônio Martins da Costa (martins@srh.ce.gov.br)
Derlei L. Rosado (derlei@sede.ibama.gov.br)
Paulo Márcio Souza Vieira (paulo@srh.ce.gov.br)
Emanuel Teixeira de Queiroz (emanuel@dnpm.gov.br)
Agostinho Fernandes Neto (afneto@cvrld.com.br)
Isaura Maria Vieira Pinho (isaura@cvrld.com.br)
Marcelo Taylor de Lima (marclima@horiz.com.br)
Maria Carmem Aleixo
Carlos Oiti Berbert (oiti@cnpq.br)
Raquel Scalia Alves Ferreira (raquels@aneel.gov.br)
Demétrios Christofidis (dchristofidis@bol.com.br)
Roberto Coimbra (roberto.coimbra@mma.gov.br)
Celia Cristina Pimenta (celiacristina@zaz.com.br)
Martha Von Borstel Sugai (martha@mail.copel.br)
Leonardo Mitre Alvim de Castro (leonardo@igam.me.mg.gov.br)
Luiz Cláudio C. Figueiredo (lfigueiredo@snirh.gov.br)
Benedito E. Barbosa Pereira (bebarbos.tln@terra.com.br)
Arnaldo Setti (arnaldosetti@uol.com.br)
Maria Cristina Yuan (crisyuan@ibs.org.br)
Altamiro Vaz Lordêlho Neto (olordelo@srh.ba.gov.br)

RELATORA:

Diane Mara Ferreira Varanda Rangel - SRH (diane.rangel@mma.gov.br)

ASSUNTOS DISCUTIDOS:

Dr. Marcos Freitas abriu a reunião agradecendo a presença de todos e pedindo que se apresentassem. Apresentações feitas, Dr. Marcos iniciou a pauta e colocou em análise a ata corrigida da 1ª Reunião, a qual foi aprovada. Em seguida leu a ata da 2ª Reunião, que foi aprovada com 2 correções, já incluídas, uma feita pelo conselheiro Di Bella e outra pelo representante dos Conselhos Estaduais da Região Sudeste, Dr. Antônio Carlos. Aprovada a ata da 2ª Reunião, Dr. Marcos apresentou o Dr. Derlei do IBAMA que iniciou a apresentação dos procedimentos inter-relacionados à outorga realizados pelo IBAMA